



PROCESSO ADMINISTRATIVO: 01.081.804/21-90
CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; O PARQUE
TECNOLÓGICO DE BELO HORIZONTE E A
FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA
PESQUISA.

O **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.383/0001-40, com sede na Avenida Afonso Pena, 1.212, Centro, Belo Horizonte – MG, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Claudio Chaves Beato Filho, doravante denominado **MUNICÍPIO**; o **PARQUE TECNOLÓGICO DE BELO HORIZONTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 07.624.772/0001-43, estabelecido na Rua Professor José Vieira de Mendonça, 770, Bairro Engenho Nogueira, Belo Horizonte/MG, CEP 31.310-260, neste ato representado por Marco Aurélio Crocco Afonso, CPF nº. 382.386.166-20, doravante denominado **BH TEC**, e a **FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.720.938/0001-41, estabelecida na Avenida Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, Bairro Pampulha, Belo Horizonte/MG, CEP 31.270-901, neste ato representada por Jaime Arturo Ramirez, CPF nº. 554.155.556-68, doravante denominada **FUNDEP**, celebram o presente **CONVÊNIO**, nos termos do artigo 116 da Lei 8.666/93 e alterações, demais normas pertinentes e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo o apoio financeiro, pelo **MUNICÍPIO**, à implementação do Hub de Inovação Multifuncional no Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-TEC), mediante a realização de obras de construção civil, para ampliação de suas atividades.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo é firmado nos termos do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93, demais normas pertinentes, com os pareceres e informações constantes do processo nº 01.081.804/21-90.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O presente Termo possui o valor total de R\$1.332.790,83 (Hum milhão trezentos e trinta e dois mil setecentos e noventa reais e oitenta e três centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento se dará em parcela única, em conta bancária específica criada pelo **BHTEC**, nos termos da Cláusula Nona, e será efetuado em até 10 (dez) dias úteis da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
2800.1100.04.122.217.2.853.0001.445042-01 - F0000.100.

CLÁUSULA QUINTA: DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros repassados ao **BHTEC** em virtude do presente instrumento, deverão ser aplicados única e exclusivamente para a consecução dos objetivos deste Convênio, e de acordo com o Plano de

Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO

O presente convênio terá vigência de 06 (seis) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

7.1. Caberá, à Diretoria Executiva do **BH TEC** e à **FUNDEP**, a responsabilidade pela execução deste instrumento, sendo designado um representante de cada signatário para realizar o monitoramento e acompanhamento da execução deste instrumento, elaborados relatórios bimestrais de acompanhamento, controle e fiscalização da execução do Plano de Trabalho.

7.2. O **MUNICÍPIO** indicará um servidor da Subsecretaria de Assuntos e Investimentos Estratégicos – SUAIE/SMDE, para realizar o acompanhamento da execução do presente instrumento e da fiel observância das disposições pactuadas.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Compete ao MUNICÍPIO:

- Acompanhar a execução geral do convênio;
- Analisar e aprovar os relatórios de prestação de contas da execução do objeto, conforme previsto na Cláusula Nona deste instrumento.
- Fornecer informações e/ou documentos que o Município entender como necessários para a realização do objeto deste convênio;
- Realizar visitas técnicas *in loco*, a cada 3 (três) meses, para acompanhamento da execução do objeto deste instrumento;
- Efetuar o pagamento que lhe compete, nos prazos e condições estabelecidas.

8.2. Compete ao BH-TEC e à FUNDEP conjuntamente:

- Executar o objeto do presente convênio nas condições propostas e pactuadas;
- Fornecer ao Município, sempre que for demandada, todo e qualquer documento ou relatório contendo as informações necessárias para avaliação e acompanhamento das atividades desenvolvidas;
- Responsabilizar-se pela elaboração do edital e realização da seleção pública para contratação dos profissionais que executarão o objeto deste instrumento;
- Responsabilizar-se por todas as obrigações cíveis, trabalhistas e sociais que dizem respeito à contratação dos profissionais que executarão o objeto deste instrumento;
- Informar imediatamente ao Município qualquer irregularidade ocorrida na execução dos serviços previstos neste instrumento, adotando prontamente, às suas custas, todas as medidas necessárias para saná-las e para garantir a execução dos serviços conforme as condições propostas e pactuadas;
- Prestar contas da correta aplicação dos recursos financeiros recebidos, conforme Cláusula Nona do presente instrumento;
- Abrir conta bancária específica, isenta de tarifa, para movimentação dos recursos financeiros relativos à execução do objeto deste instrumento, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Município, informando seus dados ao Município em até 3 (três) dias da abertura.
- Aplicar os recursos financeiros em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade;



- Devolver aos cofres públicos do **MUNICÍPIO** os recursos não utilizados na execução do objeto deste instrumento, incluídos os rendimentos das respectivas aplicações financeiras, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da rescisão, conclusão, extinção ou denúncia.

CLÁUSULA NONA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1. O BH-TEC e a FUNDEP deverão apresentar, bimestralmente, relatórios parciais de execução do objeto, bem como relatório final, em até 30 dias do encerramento da vigência deste instrumento, os quais deverão conter:

- relatório das atividades desenvolvidas e o estágio de conclusão dos itens previstos no cronograma de execução física, acompanhado dos documentos comprobatórios de pagamento das respectivas despesas;
- cópia dos contratos celebrados com os prestadores de serviços;
- registros fotográficos da execução do objeto;
- outros documentos porventura necessários à comprovação do cumprimento das obrigações previstas no presente instrumento.

9.2. Para aquisição de bens e contratação de serviços com terceiros com recursos transferidos pela administração pública municipal, os CONVENIADOS deverão realizar, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado, observando os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO PLANO DE TRABALHO

Faz parte integrante do presente Convênio, independente de transcrição, o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RENÚNCIA OU DENÚNCIA

Este Termo poderá ser rescindido pelas partes pelo descumprimento de quaisquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO DESVIO DE FINALIDADE

Verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, a não-execução do objeto do presente instrumento, bem como práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública, tais fatos serão comunicados às autoridades competentes para apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

1. Os CONVENIADOS obrigam-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento jurídico.

1.1. Os CONVENIADOS obrigam-se implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.



1.2. Os CONVENIADOS devem assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

1.3. Os CONVENIADOS não poderão utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento jurídico.

1.4. Os CONVENIADOS não poderão disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento jurídico.

1.4.1. Os CONVENIADOS obrigam-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento jurídico.

1.5. Os CONVENIADOS ficam obrigados a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento jurídico no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

1.5.1. Aos CONVENIADOS não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento jurídico.

1.5.1.1. Os CONVENIADOS deverão eliminar os dados pessoais a que tiverem conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento jurídico tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

1.6. Os CONVENIADOS deverão notificar, imediatamente, o Município no caso de perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

1.6.1. A notificação não eximirá os CONVENIADOS das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

1.6.2. O CONVENIADO que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento jurídico fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

1.7. Os CONVENIADOS ficam obrigados a manter preposto para comunicação com Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

1.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre os CONVENIADOS e o Município, bem como, entre os CONVENIADOS e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

1.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará os CONVENIADOS a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS SANÇÕES



14.1. Caso a execução deste Convênio esteja em desacordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e ou com as normas e legislação vigente, o **MUNICÍPIO** poderá aplicar sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, sendo garantidos à **BHTEC** os direitos de ampla defesa e contraditório.

14.2. Quando não houver a devida devolução dos saldos financeiros remanescentes do Convênio, será instaurada Tomada de Contas Especial pela autoridade administrativa competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Termo no Diário Oficial do Município “DOM” correrá por conta e ônus da Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo, em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte,

Claudio Chaves Beato Filho
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico

Marco Aurélio Crocco Afonso
Parque Tecnológico de Belo Horizonte

Jaime Arturo Ramirez
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa